



Boletim Semanal

Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Segunda-feira • 26 de setembro • Ano V

Procurador-geral não cumpriu promessa e PCS do MPU continua parado

O procurador-geral da República, Antonio Fernando, ainda não enviou o projeto que revisa o PCS dos servidores do MPU ao Congresso Nacional, conforme promessa feita na época de sua posse, em junho passado. Na ocasião, o procurador prometeu encaminhar o projeto junto com o envio do PCS do Judiciário, que chegou à Câmara em 31 de agosto. A atitude atrasa a apreciação do texto pelo Legislativo

e mostra a necessidade de ser feita nova mobilização ou até paralisação para que o projeto caminhe.

O motivo da demora é a resistência do Procurador-Geral da República em dar continuidade às negociações sobre o novo PCS. A desculpa utilizada é o impasse referente ao limite de gastos com pessoal do MPDFT.

O problema passa pela polêmica que envolve a delimitação do percentual de limite orçamentário conforme a Lei de Responsa-

bilidade Fiscal (LRF), no decreto 3.917 de 2002. O decreto regulamenta - dentro dos 40,9% de limite orçamentário para o Executivo na LRF, 3% para despesas com pessoal do TJDF, MPDFT, e com os servidores do Distrito Federal e dos ex-territórios de Roraima e Amapá.

Temos a convicção de que a polêmica não é impedimento para o encaminhamento do novo PCS do MPU ao Congresso, pois a forma correta é fazer o cálculo com base no percentual geral destinado ao MPU.

Deputados disputam relatoria do PL 5845/05

Até o fechamento desta edição ainda não havia sido indicado o relator do Projeto de Lei (PL) 5845/05 que trata do PCS do Judiciário, na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara. Vários parlamentares solicitaram a relatoria, entre eles, Marcelo Barbieri (PMDB-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Jovair Arantes (PTB-GO) e Clair da Flora Martins (PT-PR). Mas apesar da disputa, a tramitação está atrasada.

A designação do relator, que já deveria ter acontecido, é uma das consequências da crise política observada no Congresso, sobretudo a renúncia do ex-presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, na última quarta-feira (21/09). Mas essa é apenas uma das dificuldades para que o PCS seja aprovado. A

morosidade da tramitação demonstra que a aprovação da nova lei não será uma tarefa fácil, daí a importância de se intensificar a luta dos servidores em prol do PCS.

A atuação diária do Sindjus junto à comissão de Trabalho tem permitido constatar que, embora haja dificuldades, a mobilização da categoria, a pressão junto aos parlamentares e o empenho dos presidentes dos tribunais são fundamentais para a aprovação da proposta.

Uma das provas de que os servidores precisam se esforçar acompanhando a tramitação é o argumento do presidente da comissão, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Segundo ele, o projeto precisa ser estudado amplamente pelos deputados, mas a preocupação maior se dá com o ajuste orçamentário possível que possa permitir o aumento dos servidores. A justificativa de Alves para isso é fazer com

que o texto seja aprovado de forma a não enfrentar entraves posteriores.

Apesar da posição do presidente, cabe à comissão de Trabalho analisar o mérito da proposta e não o impacto financeiro que terá sobre o orçamento da União - o que é função da comissão de Finanças e Tributação da Câmara, para onde o texto será remetido após ser apreciado pela comissão de Trabalho. O que não justifica a demora da tramitação do projeto na comissão.

O Sindjus solicitou audiências com os presidentes do STF e do STJ para dizer aos ministros que eles devem enviar esforços para acelerar a tramitação do PL 5845/05. O sindicato dará plantão no Congresso Nacional até que o relator seja finalmente designado.

Presidente veta 23 artigos da LDO

O presidente Lula vetou 23 artigos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada no mês passado pelo Congresso Nacional. Dentre estes, a revisão dos salários dos servidores acompanhando a estimativa de crescimento do PIB per capita.

A revisão foi aprovada mediante substitutivo que concede um reajuste mínimo para os servidores públicos, ativos e inativos, do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União, autarquias e fundações pú-

blicas federais equivalente a, pelo menos, o crescimento real percentual do PIB per capita de 2005. Trata-se do mesmo critério adotado para aumento do salário mínimo.

A votação e aprovação dessa proposta foi tido como uma perda para o governo, na época. O argumento utilizado pelo Executivo para o veto foi a decisão de não conceder, este ano, reajuste linear aos servidores.

Embora não tenha muita repercussão no salário dos servidores, uma vez que as

estimativas conjunturais prevêm que o PIB per capita brasileiro deste ano deve vir a ter crescimento de 2%, o veto representa falta de sensibilidade por parte do governo.

Uma vez que os servidores estão sendo prejudicados por uma política econômica recessiva, que sacrifica salários para pagar a dívida externa, cujas ações tentam manter a qualquer custo os percentuais de superávit primário e emperram a capacidade de investimento do Estado.

ENQUETE

Quem fará o show da festa de final de ano do Sindjus?

A partir da próxima quarta-feira (28/09), os associados vão escolher qual banda ou cantor fará o show da festa de final de ano do Sindjus, na quinta edição de um evento que já virou tradição em Brasília. Desta vez, a eleição será realizada nos locais de trabalho e não via internet, como aconteceu no ano passado.

O show, como já é de praxe, será realizado no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade no dia 10 de dezembro. A expectativa do sindicato é de que a festa tenha a participação de cerca de 18 mil pessoas. Cada associado terá direito a dois ingressos gratuitos.

A eleição acontecerá no período entre quarta e sexta-feira. O Sindjus teve, mais

uma vez, o cuidado de selecionar artistas nacionalmente conhecidos, numa forma de comemorar as lutas e conquistas obtidas pelo sindicato ao longo dos anos.

Estão concorrendo Barão Vermelho, Titãs, Paralamas do Sucesso, Cidade Negra, Nando Reis e os Infernais e os cantores Martinho da Vila, Margareth Menezes e Fernanda Abreu.

Quintos no TCU:

Sindjus se reúne com novo ministro

O Sindjus continua trabalhando pela aprovação dos quintos. Na tarde desta segunda-feira (26/09), representantes do Sindjus e do Sindilegis conversam com o novo ministro do TCU, Augusto Nardes, empossado no último dia 20. Ex-deputado federal pelo PP do Rio Grande do Sul,

Nardes ocupa a vaga que pertencia ao ministro Humberto Souto, aposentado em 2004. Administrador de empresas, ele atuou, no período em que foi parlamentar, na tramitação de proposições voltadas para os setores de trabalho e economia.

Além do TCU, o Sindjus vai trabalhar em vári-

as frentes buscando novas decisões judiciais e administrativas com o objetivo de consolidar a posição definitiva favorável aos quintos.

O sindicato trabalha, também, para que os órgãos que já decidiram favoravelmente, façam o pagamento imediato da incorporação e dos atrasados.